

Notícias do dia 05 de abril



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 31

DIÁRIO DO ESTADO - GO - PODER
TCE - GO

Comissão de saúde da assembleia debate regime jurídico do Ipasgo - PODER.....6

DM ANÁPOLIS - GO - COTIDIANO
TCE - GO

Debate sobre a natureza do instituto.....7

TV SERRA DOURADA / AF. SBT GOIÂNIA - GO - JORNAL SERRA DOURADA
TCE - GO

Sob comando de Gustavo Sebba, audiência pública na manhã desta terça discutiu mudanças no regime jurídico do Ipasgo.....8

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO
TCE - GO

Alego vai gastar R\$ 11 milhões para trocar carros alugados em caminhonetes de luxo.....9

TV SERRA DOURADA / AF. SBT GOIÂNIA - GO - JORNAL DO MEIO DIA
TCE - GO

Alego promove audiência pública para discutir mudanças no Ipasgo.....10

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 1ª EDIÇÃO
TCE - GO

Deputados participam de audiência pública na Alego que debate mudanças de regime no Ipasgo.....11

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO

Alego promove audiência pública para discutir mudanças no Ipasgo.....12

RÁDIO PAZ FM 89,5 GOIÂNIA - GO - JORNAL DA PAZ
TCE - GO

Assembleia fará audiência pública para debater privatização do Ipasgo.....13

RÁDIO BAND NEWS FM 90.7 GOIÂNIA - GO - MANHÃ BAND NEWS FM GOIÂNIA
TCE - GO

Assembleia fará audiência pública para debater privatização do Ipasgo.....14

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS DOS GABINETES
TCE - GO

Deputado estadual Antônio Gomide questiona mudança de regime jurídico do Ipasgo.....15

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS DOS GABINETES
TCE - GO

Antônio Gomide questiona mudança de regime jurídico do Ipasgo.....16

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Em vídeo, deputado do PT diz que "há outras soluções para o Ipasgo.....17

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Alego debate mudança no Ipasgo.....18

Quarta-Feira, 5 de Abril de 2023

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Alterações no Ipasgo 19

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Sob comando de Gustavo Sebba, audiência pública na manhã desta terça discutiu mudanças no regime jurídico do Ipasgo 20

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Conselheiros recebem comitiva da Assembleia Legislativa 21

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Deputado Gustavo Sebba encerra audiência pública que debateu mudança no regime jurídico do Ipasgo 22

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Celmar Rech, conselheiro do TCE, ressalta durante audiência pública mudanças no modelo de receita do Ipasgo 23

OLHA GOIÁS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico 24

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Conselheiro do TCE fala sobre transparência e parecer técnico durante audiência pública 25

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Antônio Gomide ressalta a presença do TCE-GO no debate sobre alteração do regime jurídico do Ipasgo 26

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Deputados participam de audiência pública na Alego que debate mudanças de regime no Ipasgo 27

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Deputado Gustavo Sebba declara aberta audiência pública para discutir a privatização do Ipasgo 28

EXPRESSO 360 - ONLINE - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico? 29

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Mudança do Ipasgo para SSA é uma opção política, diz presidente do TCE 30

Quarta-Feira, 5 de Abril de 2023

GOIÁS EM CENA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Conselheiro do TCE fala sobre transparência e parecer técnico..... 32

NOSSO GOIÁS - ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - GO

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico..... 33

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Deputado Gustavo Sebba declara aberta audiência pública para discutir a privatização do
Ipasgo 34

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Deputados participam de audiência pública na Alego que debate mudanças de regime no
Ipasgo 35

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Antônio Gomide ressalta a presença do TCE-GO no debate sobre alteração do regime jurídico
do Ipasgo 36

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Conselheiro do TCE fala sobre transparência e parecer técnico durante audiência pública
..... 38

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Celmar Rech, conselheiro do TCE, ressalta durante audiência pública mudanças no modelo de
receita do Ipasgo 39

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Deputado Gustavo Sebba encerra audiência pública que debateu mudança no regime jurídico
do Ipasgo 40

BRAZIL URGENTE - GOIÂNIA - GO - GOIÁS
TCE - GO

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico..... 41

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Urgente: Presidente do Tribunal de Contas diz que o governo Caiado estava usando
indevidamente R\$ 1,8 bi dos servidores do Ipasgo 42

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Privatização do Ipasgo: deputado Gustavo Sebba abre Audiência Pública que vai apurar a
verdade 43

Quarta-Feira, 5 de Abril de 2023

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Presidente do TCE diz que Tribunal orientou Caiado a fazer concurso público no Ipasgo, caso permaneça como autarquia 44

JORNAL GOIÁS EM DESTAQUE ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Comissão de Saúde da Assembleia debate regime jurídico do Ipasgo, nesta terça..... 45

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO

Ipasgo abre consulta pública pela internet sobre mudança do regime jurídico 46

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - VARIEDADES
TCE - GO

Audiência pública na Alego discute mudanças no regime jurídico do Ipasgo..... 47

PORTAL IMPRENSA - ANÁPOLIS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico 48

SINDJUSTIÇA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

"Mais de 700 mil usuários irão parar na fila do SUS", alerta presidente do SINDJUSTIÇA em audiência pública 49

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Alego discute mudanças no regime do Ipasgo..... 50

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE - NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE e poder público discutem investimentos e ações na 1ª Infância..... 51

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
CONSELHEIROS

Deputado Lincoln Tejota diz que todos devem trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo 53

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
CONSELHEIROS

Lincoln Tejota diz que todos devem trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo..... 54

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
CONSELHEIROS

Lincoln Tejota diz que todos devem trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo..... 55

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
CONSELHEIROS

(IPASGO) Urgente: Conselheiro Celmar Rech informa que o governo Caiado estava usando o dinheiro dos servidores para pagar o RRF 56

Comissão de saúde da assembleia debate regime jurídico do ipasgo - PODER

YSABEL LAPORTELA

COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA DEBATE REGIME JURÍDICO DO IPASGO

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** se reúne, nesta terça-feira (4), para debater a mudança de regime jurídico do Ipasgo. O encontro será de 9h às 12h.

Presidida pelo deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), a comissão convidou para o encontro o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Saulo Mesquita; o procurador geral do Ministério Público, Cyro Terra Peres; Sérgio Vencio, representando a Secretaria Estadual de Saúde de **Goiás**; o presidente do Conselho de Saúde de **Goiás**; Walter Monteiro; bem como sindicatos representativos dos servidores públicos do Estado de **Goiás**, servidores do Ipasgo e a população em geral.

Vale citar, parlamentares de oposição ao governo de **Goiás** tratam a modificação do regime do Ipasgo como um passo para a privatização. O instituto, por sua vez, garante que não se trata disso

Site: <https://diariodoestadogo.com.br/impresso/3200/>

Debate sobre a natureza do instituto

A mudança da natureza Jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), é o tema de audiência pública que será realizada na Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**, nesta terça-feira (4).

O debate acontece à partir das 9h e foi proposto pela Comissão de Saúde da Casa por meio de requerimento apresentado pelo deputado estadual Antônio Roberto Gomide (PT).

O parlamentar disse que o principal objetivo é discutir o parecer do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** que recomendou que o Ipasgo deixe de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA).

A direção do **TCE**, inclusive o presidente do órgão, **conselheiro Saulo Mesquita**, foi convidada pela Comissão de Saúde para detalhar o processo da mudança.

"Estamos atuando em defesa do Ipasgo e na luta dos direitos dos servidores estaduais. Queremos Saber os motivos para que o plano de saúde deixe de ser uma autarquia e se transforme em um serviço autônomo.

Não podemos deixar que tudo aconteça prejudicando os servidores públicos", disse Gomide.

Assim que a proposta de alteração da natureza jurídica do Ipasgo foi anunciada, o petista declarou que "a privatização não seria a solução para garantir atendimento de saúde aos servidores".

Ainda de acordo com o parlamentar existe o temor de que a mudança eleve o valor das contribuições dos servidores. "A data-base concedida em 2022 foi de 10.16% enquanto o Ipasgo aumentou 21.56% em 2019 e 18.32% em 2023. Tudo isso será questionado na audiência pública", garantiu.

MUDANÇA A notícia de que o Ipasgo teria sua natureza jurídica alterada foi dada em entrevista coletiva concedida pela procuradora-geral do Estado (PGE), Juliana Prudente no dia 22 de março. Ela explicou que tratava-se de uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e que deveria ser executada até o final de 2023.

Atualmente as contribuições do servidor ingressam no Tesouro e, segundo Juliana Prudente, distorcem Receita Corrente Líquida do Estado, o que não deve

mais acontecer.

Antes de consolidar a mudança os deputados receberão um projeto de lei na Assembleia Legislativa detalhando como ficará a regência do plano que passará ser regulado pela Agência Nacional de Saúde. Atualmente o Ipasgo tem cerca de 600 mil usuários.

Existe a proposta de que, quando aprovado pela **Alego**, se crie a condição de ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares do plano. Por outro lado, existe o temor por parte dos usuários de que o instituto caminhe para a privatização dos serviços.

Site:

<https://www.dmanapolis.com.br/envios/2023/04/04/529.pdf>

Sob comando de Gustavo Sebba, audiência pública na manhã desta terça discutiu mudanças no regime jurídico do Ipasgo

TAGS: IPASGO, Governo de Goiás, TCE-GO, Secretaria de Saúde de Goiás, ALEGO.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/04/TVSERRADOUR>

ADAAFSBTGOINIAGO-19.29.19-19.32.22-

1680647944.mp4

Alego vai gastar R\$ 11 milhões para trocar carros alugados em caminhonetes de luxo

TAGS: Alego, Governo de Goiás, TCE-GO.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/04/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-19.16.56-19.21.00-

1680647442.mp4

Alego promove audiência pública para discutir mudanças no Ipasgo

Assunto(s): TCE GOIÁS, MPGO, RONALDO CAIADO, SES-GO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/04/TVSERRADOUR>

ADAAFSBTGOINIAGO-12.38.35-12.43.05-

1680625117.mp4

Deputados participam de audiência pública na Alego que debate mudanças de regime no Ipasgo

TAGS: TCE-GO, Ipasgo, Alego

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/04/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-12.24.05-12.28.42-

1680623272.mp4

Alego promove audiência pública para discutir mudanças no Ipasgo

Assunto(s): TCE GOIÁS, MPGO, RONALDO CAIADO, SES-GO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/04/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-06.25.07-06.28.35-

1680601016.mp4

Assembleia fará audiência pública para debater privatização do Ipasgo

TAGS: TCE-GO, MPGO, SES-GO, IPASGO, ALEGO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/04/RDIOPAZFM895>

GOINIAGO-07.40.08-07.41.09-1680614478.mp3

Assembleia fará audiência pública para debater privatização do Ipasgo

TAGS: TCE-GO, MPGO, SES-GO, IPASGO, ALEGO

Multimídia:

*<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/04/RDIOBANDNEW>
[SFM907GOINIAGO-06.03.29-06.04.29-1680600938.mp3](#)*

Deputado estadual Antônio Gomide questiona mudança de regime jurídico do Ipasgo

O deputado estadual Antônio Gomide (PT) participou na manhã desta terça-feira, 4, de audiência pública da Comissão de Saúde, realizada na Assembleia Legislativa de **Goiás**, sobre a mudança de natureza jurídica proposta pelo governo para o Ipasgo. O evento contou com a participação do presidente do **TCE-GO**, **Saulo Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de deputados.

Antônio Gomide apontou que a audiência pública proposta por ele, com o presidente da Comissão de Saúde, Gustavo Sebba (PSDB), se trata de uma defesa do Ipasgo frente a uma tentativa de privatização. Segundo o deputado, a mudança faz parte do desmonte proposto por um estado que já está com defasagem de 40% com a data-base dos servidores, além da retirada do quinquênio e venda do Hospital do Servidor.

"É importante discutir com o **TCE-GO** saídas que podemos lançar mão, com orientações técnicas, sem burlar as leis. Precisamos buscar alternativas para que o governador entenda que não é acabando com o Ipasgo que vai conseguir acertar as contas do estado", disse Antônio Gomide.

Na ocasião, o presidente do **TCE-GO** esclareceu que apesar da determinação para que haja retirada do Ipasgo da Receita Corrente Líquida (RCL) do Ipasgo, o instituto pode continuar como autarquia. Para isso, é preciso pensar de forma mais abrangente, como a contratação através de concurso público.

O deputado estadual Antônio Gomide (PT) participou na manhã desta terça-feira, 4, de audiência pública da Comissão de Saúde, realizada na Assembleia Legislativa de **Goiás**, sobre a mudança de natureza jurídica proposta pelo governo para o Ipasgo. O evento contou com a participação do presidente do **TCE-GO**, **Saulo Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de deputados.

Antônio Gomide apontou que a audiência pública proposta por ele, com o presidente da Comissão de Saúde, Gustavo Sebba (PSDB), se trata de uma defesa do Ipasgo frente a uma tentativa de privatização. Segundo o deputado, a mudança faz

parte do desmonte proposto por um estado que já está com defasagem de 40% com a data-base dos servidores, além da retirada do quinquênio e venda do Hospital do Servidor.

"É importante discutir com o **TCE-GO** saídas que podemos lançar mão, com orientações técnicas, sem burlar as leis. Precisamos buscar alternativas para que o governador entenda que não é acabando com o Ipasgo que vai conseguir acertar as contas do estado", disse Antônio Gomide.

Na ocasião, o presidente do **TCE-GO** esclareceu que apesar da determinação para que haja retirada do Ipasgo da Receita Corrente Líquida (RCL) do Ipasgo, o instituto pode continuar como autarquia. Para isso, é preciso pensar de forma mais abrangente, como a contratação através de concurso público.

Gabinete Dep. Antônio Gomide Conteúdo de responsabilidade do deputado e sua assessoria de imprensa, não representando opinião ou conteúdo

institucional da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**.

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/131339/deputado-estadual-antonio-gomide-questiona-mudanca-de-regime-juridico-do-ipasgo>

Antônio Gomide questiona mudança de regime jurídico do Ipasgo

O deputado estadual Antônio Gomide (PT) participou, na manhã desta terça-feira, 4, de audiência pública da Comissão de Saúde, realizada na Assembleia Legislativa de **Goiás**, sobre a mudança de natureza jurídica proposta pelo Governo para o Ipasgo. O evento contou com a participação do presidente do **TCE-GO**, **Saulo Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de deputados.

Antônio Gomide apontou que a audiência pública proposta por ele, com o presidente da Comissão de Saúde, Gustavo Sebba (PSDB), trata-se de uma defesa do Ipasgo frente a uma tentativa de alteração no regime jurídico. Segundo o deputado, a mudança faz parte do desmonte proposto por um Estado que já está com defasagem de 40% com a data-base dos servidores, além da retirada do quinquênio e venda do Hospital do Servidor.

"É importante discutir com o **TCE** saídas que podemos lançar mão, com orientações técnicas, sem burlar as leis. Precisamos buscar alternativas para que o governador entenda que não é acabando com o Ipasgo que vai conseguir acertar as contas do Estado", disse Antônio Gomide.

Na ocasião, o presidente do Tribunal de Contas esclareceu que, apesar da determinação para que haja retirada do Ipasgo da Receita Corrente Líquida (RCL), o instituto pode continuar como autarquia. Para isso, é preciso pensar de forma mais abrangente, como a contratação através de concurso público.

O deputado estadual Antônio Gomide (PT) participou, na manhã desta terça-feira, 4, de audiência pública da Comissão de Saúde, realizada na Assembleia Legislativa de **Goiás**, sobre a mudança de natureza jurídica proposta pelo Governo para o Ipasgo. O evento contou com a participação do presidente do **TCE-GO**, **Saulo Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de deputados.

Antônio Gomide apontou que a audiência pública proposta por ele, com o presidente da Comissão de Saúde, Gustavo Sebba (PSDB), trata-se de uma defesa do Ipasgo frente a uma tentativa de alteração no regime jurídico. Segundo o deputado, a mudança faz parte do desmonte proposto por um Estado que já está com defasagem de 40% com a data-base dos

servidores, além da retirada do quinquênio e venda do Hospital do Servidor.

"É importante discutir com o **TCE** saídas que podemos lançar mão, com orientações técnicas, sem burlar as leis. Precisamos buscar alternativas para que o governador entenda que não é acabando com o Ipasgo que vai conseguir acertar as contas do Estado", disse Antônio Gomide.

Na ocasião, o presidente do Tribunal de Contas esclareceu que, apesar da determinação para que haja retirada do Ipasgo da Receita Corrente Líquida (RCL), o instituto pode continuar como autarquia. Para isso, é preciso pensar de forma mais abrangente, como a contratação através de concurso público.

Gabinete Dep. Antônio Gomide Conteúdo de responsabilidade do deputado e sua assessoria de imprensa, não representando opinião ou conteúdo

institucional da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**).

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/131339/antonio-gomide-questiona-mudanca-de-regime-juridico-do-ipasgo>

Em vídeo, deputado do PT diz que "há outras soluções para o Ipasgo

O deputado Mauro Rubem (PT) gravou vídeo para a coluna em que afirma "haver outras soluções para o Ipasgo que não seja a proposta pelo governo estadual. O petista participou, na manhã desta terça-feira (4) de audiência pública na Assembleia de **Goiás** para debater a mudança nas regras do instituto, que pode passar a ser regido pelas normas da Agência Nacional de Saúde (ANS). A discussão teve a presença do presidente do **TCE-GO**, **conselheiro Saulo Mesquita**.

Segundo o parlamentar, o debate "foi bem esclarecedor e mostrou claramente que as recomendações que o **TCE** não tem nem validade legal", de acordo com a fala do presidente do tribunal, conforme interpretação do petista. Ele fez que "existe alternativa para manter o Ipasgo como autarquia como queremos. O governo deve apenas é excluir a receita do plano de saúde, que não é dele, mas é nossa, do lá servidores, da contabilidade a receita corrente líquida".

Mauro acrescenta que "esse caminho dito aí que é uma determinação é uma falácia. Nós queremos conversar para efetivamente resolver o problema do Ipasgo, por meio da gestão direta pelo servidores, mantendo-o como uma autarquia. O governo precisa colocar dinheiro no Ipasgo e parar de tirar dinheiro de lá, como tem feito".

Site: <https://www.maisgoias.com.br/politica/em-video-deputado-do-pt-diz-que-ha-outras-solucoes-para-o-ipasgo/>

Alego debate mudança no Ipasgo

A audiência foi comandada pelo deputado Gustavo Sebba, do PSDB, e discutiu mudanças no regime do Ipasgo. Atendendo uma determinação do **TCE**, o instituto deve deixar de ser autarquia para ser um Serviço Social Autônomo

Na manhã desta terça-feira, 4, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realizou uma audiência pública para debater a alteração do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A iniciativa foi proposta pelo presidente da Comissão de Saúde da **Alego**, deputado Gustavo Sebba (PSDB).

A mesa de trabalhos da audiência contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de diversos deputados estaduais e representantes do segmento da saúde.

No decorrer dos debates, Gustavo Sebba destacou a importância do encontro para que as partes interessadas pudessem colocar suas visões sobre a proposta de mudança. Neste sentido, Antônio Gomide (PT), o primeiro a fazer uso da palavra no evento, ressaltou a preocupação com possíveis alterações no atendimento e qualidade dos serviços prestados pelo Ipasgo e defendeu a busca por alternativas para eliminar a hipótese de extinção do instituto.

Em seguida, **Saulo Mesquita**, presidente do **TCE-GO**, afirmou que o órgão atua de maneira técnica e sem influência política. Seu colega, **Celmar Rech**, **conselheiro do TCE-GO**, apresentou implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado, criando um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", apontou.

O **conselheiro** defendeu um modelo que preserve os direitos dos usuários e que, ao mesmo tempo, permita a confecção correta de demonstrativos fiscais e contábeis.

Os deputados Lincoln Tejota (UB), Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT), Virmondes Cruvinel (UB), Paulo Cezar (PL), e Delegado Eduardo Prado (PL) enfatizaram a importância de se discutir a pauta com cautela e transparência, garantindo a autonomia do

Ipasgo e buscando soluções que atendam aos interesses de servidores públicos e usuários do instituto.

A audiência pública aconteceu na sala das comissões e buscou contribuir para a análise e discussão da proposta de alteração do regime jurídico do Ipasgo, visando o melhor interesse dos servidores públicos e da população goiana.

Nos últimos dias, tem sido crescente a mobilização de deputados estaduais de **Goiás** em reação às propostas do governo estadual de transformar o Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), administrado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

O objetivo da mudança seria permitir que a ANS possa determinar um percentual anual de reajuste sem a necessidade de discussão com os usuários, além de acabar com concursos públicos e a participação dos servidores nas decisões.

O instituto assiste cerca de 600 mil usuários atualmente, além da abrangência, o Ipasgo é também uma opção àqueles servidores que não podem comprometer uma grande parte da renda mensal com despesas médicas.

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131320/alego-debate-mudanca-no-ipasgo>

Alterações no Ipasgo

A audiência, comandada pelo deputado Gustavo Sebba, discutiu mudanças no regime do Ipasgo. Atendendo uma determinação do **TCE**, o instituto deve deixar de ser autarquia para ser um Serviço Social Autônomo

Na manhã desta terça-feira, 4, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realizou uma audiência pública para debater a alteração do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A iniciativa foi proposta pelo presidente da Comissão de Saúde da **Alego**, deputado Gustavo Sebba (PSDB).

A mesa de trabalhos da audiência contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de diversos deputados estaduais e representantes do segmento da saúde.

No decorrer dos debates, Gustavo Sebba destacou a importância do encontro para que as partes interessadas pudessem colocar suas visões sobre a proposta de mudança. Neste sentido, Antônio Gomide (PT), o primeiro a fazer uso da palavra no evento, ressaltou a preocupação com possíveis alterações no atendimento e qualidade dos serviços prestados pelo Ipasgo e defendeu a busca por alternativas para eliminar a hipótese de extinção do instituto.

Em seguida, **Saulo Mesquita**, presidente do **TCE-GO**, afirmou que o órgão atua de maneira técnica e sem influência política. Seu colega, **Celmar Rech**, **conselheiro do TCE-GO**, apresentou implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado, criando um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", apontou.

O **conselheiro** defendeu um modelo que preserve os direitos dos usuários e que, ao mesmo tempo, permita a confecção correta de demonstrativos fiscais e contábeis.

Os deputados Lincoln Tejota (UB), Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT), Virmondes Cruvinel (UB), Paulo Cezar (PL), e Delegado Eduardo Prado (PL) enfatizaram a importância de se discutir a pauta com cautela e transparência, garantindo a autonomia do

Ipasgo e buscando soluções que atendam aos interesses de servidores públicos e usuários do instituto.

A audiência pública aconteceu na sala das comissões e buscou contribuir para a análise e discussão da proposta de alteração do regime jurídico do Ipasgo, visando o melhor interesse dos servidores públicos e da população goiana.

Nos últimos dias, tem sido crescente a mobilização de deputados estaduais de **Goiás** em reação às propostas do governo estadual de transformar o Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), administrado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

O objetivo da mudança seria permitir que a ANS possa determinar um percentual anual de reajuste sem a necessidade de discussão com os usuários, além de acabar com concursos públicos e a participação dos servidores nas decisões.

O instituto assiste cerca de 600 mil usuários atualmente, além da abrangência, o Ipasgo é também uma opção àqueles servidores que não podem comprometer uma grande parte da renda mensal com despesas médicas.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:

<https://portal.al.go.leg.br/noticias/131320/alteracoes-no-ipasgo>

Sob comando de Gustavo Sebba, audiência pública na manhã desta terça discutiu mudanças no regime jurídico do Ipasgo

Na manhã desta terça-feira, 4, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realizou uma audiência pública para debater a alteração do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A iniciativa foi proposta pelo presidente da Comissão de Saúde da **Alego**, deputado Gustavo Sebba (PSDB).

A mesa de trabalhos da audiência contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de diversos deputados estaduais e representantes do segmento da saúde.

No decorrer dos debates, Gustavo Sebba destacou a importância do encontro para que as partes interessadas pudessem colocar suas visões sobre a proposta de mudança. Neste sentido, Antônio Gomide (PT), o primeiro a fazer uso da palavra no evento, ressaltou a preocupação com possíveis alterações no atendimento e qualidade dos serviços prestados pelo Ipasgo e defendeu a busca por alternativas para eliminar a hipótese de extinção do instituto.

Em seguida, **Saulo Mesquita**, presidente do **TCE-GO**, afirmou que o órgão atua de maneira técnica e sem influência política. Seu colega, **Celmar Rech**, **conselheiro** do **TCE-GO**, apresentou implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do Estado, criando um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do Estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", apontou.

O **conselheiro** defendeu um modelo que preserve os direitos dos usuários e que, ao mesmo tempo, permita a confecção correta de demonstrativos fiscais e contábeis.

Os deputados Lincoln Tejada (UB), Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT), Virmondes Cruvinel (UB), Paulo Cezar (PL) e Delegado Eduardo Prado (PL) enfatizaram a importância de se discutir a pauta com cautela e transparência, garantindo a autonomia do

Ipasgo e buscando soluções que atendam aos interesses de servidores públicos e usuários do instituto.

A audiência pública aconteceu na sala das comissões e buscou contribuir para a análise e discussão da proposta de alteração do regime jurídico do Ipasgo, visando o melhor interesse dos servidores públicos e da população goiana.

Nos últimos dias, tem sido crescente a mobilização de deputados estaduais de **Goiás** em reação às propostas do Governo estadual de transformar o Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), administrado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

O objetivo da mudança seria permitir que a ANS possa determinar um percentual anual de reajuste sem a necessidade de discussão com os usuários, além de acabar com concursos públicos e a participação dos servidores nas decisões.

O instituto assiste cerca de 600 mil usuários atualmente, além da abrangência, o Ipasgo é também uma opção àqueles servidores que não podem comprometer uma grande parte da renda mensal com despesas médicas.

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131320/sob-comando-de-gustavo-sebba-audiencia-publica-na-manha-desta-terca-discutiu-mudancas-no-regime-juridico-do-ipasgo>

Conselheiros recebem comitiva da Assembleia Legislativa

Na tarde de hoje (3/abr), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** recebeu a visita institucional de deputados e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)**. Os deputados estaduais Bruno Peixoto, presidente da **Alego**, Virmondes Cruvinel Filho, Talles Barreto e Clécio Alves foram recebidos na Presidência pelos conselheiros Saulo Mesquita, presidente do **TCE-GO**, Celmar Rech, **Sebastião Tejota** e Carla Santillo.

Site: <https://portal.tce.go.gov.br/-/conselheiros-recebem-comitiva-da-assembleia-legislativa>

Deputado Gustavo Sebba encerra audiência pública que debateu mudança no regime jurídico do Ipasgo

O presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**, deputado Gustavo Sebba (PSDB), encerra a audiência pública que discutiu alterações no regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás (Ipasgo)**. A audiência foi realizada na sala das comissões, no segundo andar do Palácio Maguito Vilela, e promoveu uma ampla discussão sobre o assunto.

Participaram do debate, o presidente do Tribunal de Contas do Estado de **Goiás (TCE-GO)**, o **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, o **Conselheiro Celmar Rech**, os membros da Comissão de Saúde da **Alego**, o deputado Antônio Gomide (PT), Mauro Rubem (PT), Paulo Cezar (PL), e ainda, o deputado Virmondes Cruvinel (UB), o deputado delegado Eduardo Prado (PL), o deputado Lincoln Tejota (UB) e a deputada Bia de Lima. Remotamente também participaram da audiência o deputado Dr. George Moraes (PDT) e o deputado José Machado (PSDB). Representantes de instituições, sindicatos e servidores do Ipasgo lotaram a sala das Comissões na tentativa de buscar soluções para o Ipasgo.

O presidente do Ipasgo, Vinicius Luz não compareceu.

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131317/deputado-gustavo-sebba-encerra-audiencia-publica-que-debateu-mudanca-no-regime-juridico-do-ipasgo>

Celmar Rech, conselheiro do TCE, ressalta durante audiência pública mudanças no modelo de receita do Ipasgo

Nesta terça-feira, 4, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** sedia uma audiência pública, de iniciativa do deputado Gustavo Sebba (PSDB), para discutir a alteração do regime jurídico no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A audiência conta com a participação do **conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Celmar Rech**, que trouxe algumas implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado.

De acordo com o **conselheiro**, a inclusão da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado cria um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", apontou.

Rech destacou que a natureza autárquica do Ipasgo também traz implicações na transparência das contas públicas, uma vez que a receita do instituto é considerada do estado, o que não reflete a realidade fiscal. Ele ainda ressaltou a importância de discutir o melhor modelo para o instituto. "Um modelo que preserve os direitos do usuário, garanta a modicidade da cobrança dos valores dos servidores, e que permita corrigir os demonstrativos fiscais e contábeis do estado", salientou.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131308/celmar-rech-conselheiro-do-tce-ressalta-durante-audiencia-publica-mudancas-no-modelo-de-receita-do-ipasgo>

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) disponibiliza para consulta pública, a minuta do Projeto de Lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** para alterar a personalidade jurídica da autarquia. A mudança é uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

O objetivo da ferramenta, disponível aqui , é coletar contribuições e oportunizar que os interessados se manifestem sobre a modificação pretendida.

Consulta pública

A minuta é resultado da consolidação de estudos técnicos, realizados sobre as possibilidades para a gestão e sustentabilidade do instituto. Ao mesmo tempo, corrige a inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência à saúde prestada pelo Ipasgo. Também reflete as discussões realizadas até agora, quatro delas com servidores e líderes sindicais, e as sugestões recebidas. No entanto, as deliberações continuam.

Além da consulta pública, que permite acesso à íntegra do documento e também o envio de sugestões, o Ipasgo vai realizar, no próximo dia 10, uma audiência pública sobre a proposta que transforma a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Regido pelo governo estadual, o Serviço Social Autônomo, será regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), o que, entre outros benefícios, ampliará o rol de cobertura e o acesso a dependentes, a exemplo da possibilidade de inclusão de pai, mãe, filhos maiores e casados.

O Projeto de Lei, que deve chegar à **Alego** em abril, será resultado do conjunto de ações e do diálogo com os diversos agentes envolvidos nessa mudança.

Serviço Social Autônomo

Se consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

Autonomia financeira e administrativa;

Imunidade em relação aos impostos federais e municipais;

Isenção de tributos estaduais;

Maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal;

Passa a ser regido pela legislação civil.

Gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal, o Estado continua como controlador do Ipasgo, mesmo com a transformação da autarquia em Serviço Social Autônomo.

Site: <https://www.olhagoias.com.br/geral/ipasgo-faz-consulta-publica-sobre-mudanca-do-regim>

Conselheiro do TCE fala sobre transparência e parecer técnico durante audiência pública

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **Conselheiro Saulo Mesquita** foi o segundo a fazer uso da palavra durante audiência pública que segue sendo realizada na sala das comissões do Palácio Maguito Vilela. Ele inicialmente cumprimentou os deputados integrantes da Comissão de Saúde, representantes de entidades e órgãos participantes e servidores do Ipasgo.

"Quero inicialmente dizer que o **TCE** tem plena consciência do papel democrático que ele desempenha e estamos atento a todas as deliberações do **TCE** que são adotados com todo rigor técnico. A legalidade sim, mas com a ponderação necessária, entendendo a realidade de cada um.

"Quero deixar claro que somos técnicos e não temos nenhuma formação política, nossa atuação não é enviesada por nenhuma influência política, agimos de maneira bastante técnica. O **Conselheiro Celmar Rech** é quem trouxe maiores esclarecimentos técnicos. Mas essa é a beleza do regime democrático, o espaço para discussões devem existir e ser pautado por um salutar debate", ressaltou o **conselheiro**.

"A partir dessa explicação técnica, reitero que o **TCE** é um órgão autônomo que auxilia o governo na administração. A constituição diz que o **TCE** auxilia o poder legislativo na atividade de controle, o titular da fiscalização então é o legislativo. O **TCE** realiza inspeções, auditorias, licitações, podendo então emitir determinações e deliberações no exercício de sua competência. Entretanto as contas do governo são julgadas pela **Alego**, cujos integrantes são mandatários da população. A competência constitucional para julgar as contas do governo é da **Alego**, o **TCE** apenas faz um parecer técnico e prévio e encaminha para a **Alego**", explicou Mesquita.

"Os recursos dos usuários não pertencem ao estado de **Goiás**, os recursos portanto não devem ser computados, o MP também se posicionou dizendo que a receita do Ipasgo não deve fazer parte da receita corrente líquida do estado. Isso tudo foi objeto de discussão, especialmente considerando essa natureza jurídica. Esse é um problema histórico que já vem avançado há muitos anos. Há dez anos atrás o também **conselheiro** do **TCE Celmar Rech**, apresentou relatório, do qual, inclusive eu fui o relator e recomendei que a receita do Ipasgo fosse excluída

da receita corrente líquida para que fosse apresentado então a receita real do Ipasgo", reiterou Mesquita durante a sua narrativa.

Site:

<https://portal.al.go.leg.br/noticias/131307/conselheiro-do-tce-fala-sobre-transparencia-e-parecer-tecnico-durante-audiencia-publica>

Antônio Gomide ressalta a presença do TCE-GO no debate sobre alteração do regime jurídico do Ipasgo

O deputado Antônio Gomide (PT) participa da audiência pública que discute a alteração do regime jurídico no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo), na manhã desta terça-feira, 4, na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)**. O evento é uma iniciativa do deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde, e conta com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, como convidado especial.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131306/antonio-gomide-ressalta-a-presenca-do-tce-go-no-debate-sobre-alteracao-do-regime-juridico-do-ipasgo>

Durante a audiência, Antônio Gomide destacou a importância da presença do representante do **TCE-GO** no debate, para que se possa iniciar o processo de discussão no ponto correto. O deputado também ressaltou a preocupação com as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo, que podem afetar o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos servidores públicos do estado.

Gomide afirmou que o objetivo da audiência é buscar alternativas para eliminar a hipótese de se acabar com o Ipasgo e que é importante entender o que é preciso para que se comece a movimentar sobre aquilo que muitos já estão discutindo, inclusive, sobre o anteprojeto apresentado pelo Executivo à **Alego** e que motiva a audiência. É importante discutir com o **TCE-GO** saídas que podemos lançar mão, com orientações técnicas, sem burlar as leis, destacou.

O deputado ressaltou que não é razoável, em um momento de dificuldade, acabar com o Ipasgo e que o **TCE-GO** é um órgão que pode colaborar na discussão pela melhor forma de acabar com essa hipótese de se acabar com o Instituto. Precisamos buscar alternativas para que o governador entenda que não é acabando com o Ipasgo que vai conseguir acertar as contas do estado, pontuou.

A audiência pública conta com a presença de diversos representantes sindicais, conselhos e servidores públicos interessados na discussão do tema. A mesa de trabalhos, composta por importantes representantes do legislativo e do **TCE-GO**, traz reflexões importantes sobre o assunto.

Deputados participam de audiência pública na Alego que debate mudanças de regime no Ipasgo

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza na manhã desta terça-feira, 4, uma audiência pública para discutir a alteração do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A iniciativa é do deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da **Alego**.

A mesa de trabalhos da audiência é composta pelo presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, que participam como convidados especiais; pelo próprio deputado Gustavo Sebba; pelos deputados Antônio Gomide (PT), Mauro Rubem (PT), e Paulo Cezar (PL), membros da Comissão de Saúde da **Alego**; o deputado Lincoln Tejota (UB); e a deputada Bía de Lima (PT).

O objetivo da audiência é debater as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo, que podem afetar o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos servidores públicos do estado. A mesa de trabalhos, formada por representantes do legislativo e do TCM-**GO**, deve trazer reflexões importantes sobre o assunto.

A audiência pública acontece na sala das comissões, na sede da **Alego**, e é aberta ao público e à imprensa. Acompanhe as próximas atualizações sobre o assunto aqui no portal institucional da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

Site:

<https://portal.al.go.leg.br/noticias/131304/deputados-participam-de-audiencia-publica-na-alego-que-debate-mudancas-de-regime-no-ipasgo>

Deputado Gustavo Sebba declara aberta audiência pública para discutir a privatização do Ipasgo

Sob o comando do presidente da Comissão de Saúde, deputado Gustavo Sebba (PSDB), a Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** está realizando na manhã desta terça-feira (4), na sala das comissões, segundo andar do Palácio Maguito Vilela, a audiência pública sobre a privatização do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

Atendendo uma determinação do Tribunal de Contas (**TCE**), o instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131301/deputado-gustavo-sebba-declara-aberta-audiencia-publica-para-discutir-a-privatizacao-do-ipasgo>

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico?

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) disponibiliza para consulta pública, a minuta do Projeto de Lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** para alterar a personalidade jurídica da autarquia. A mudança é uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

O objetivo da ferramenta, disponível aqui , é coletar contribuições e oportunizar que os interessados se manifestem sobre a modificação pretendida.

A minuta é resultado da consolidação de estudos técnicos, realizados sobre as possibilidades para a gestão e sustentabilidade do instituto. Ao mesmo tempo, corrige a inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência à saúde prestada pelo Ipasgo. Também reflete as discussões realizadas até agora, quatro delas com servidores e líderes sindicais, e as sugestões recebidas. No entanto, as deliberações continuam.

Além da consulta pública, que permite acesso à íntegra do documento e também o envio de sugestões, o Ipasgo vai realizar, no próximo dia 10, uma audiência pública sobre a proposta que transforma a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Regido pelo governo estadual, o Serviço Social Autônomo, será regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), o que, entre outros benefícios, ampliará o rol de cobertura e o acesso a dependentes, a exemplo da possibilidade de inclusão de pai, mãe, filhos maiores e casados.

O Projeto de Lei, que deve chegar à **Alego** em abril, será resultado do conjunto de ações e do diálogo com os diversos agentes envolvidos nessa mudança.

Se consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

Gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal, o Estado continua como controlador do Ipasgo, mesmo com a transformação da autarquia em Serviço

Social Autônomo.

Para os 596 mil usuários, um dos principais benefícios da mudança é a ampliação do rol de serviços prestados. Com o ingresso na ANS, o Ipasgo passa a oferecer 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros.

O instituto tem orçamento de quase R\$ 2 bilhões por ano de recursos privados dos servidores públicos.

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) - Governo de **Goiás**

Site: <https://www.expresso360.com.br/ipasgo-faz-consulta-publica-sobre-mudanca-do-regime-juridico%ef%bf%bc/>

Mudança do Ipasgo para SSA é uma opção política, diz presidente do TCE

Presidente do **TCE**, **Saulo Mesquita**: parecer não foi votado pela **Alego** (Wildes Barbosa / O Popular)

Em audiência pública na manhã desta terça-feira (4), o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Saulo Mesquita**, disse que a decisão de transformar o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) em sociedade de serviço autônomo (SSA) é uma opção política e de responsabilidade da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** e do governo do estado.

Mesquita explicou que a determinação do **TCE-GO** para que o Ipasgo deixe de ser uma autarquia é técnica e foi feita no parecer prévio das contas do governo, referente ao exercício de 2021, relatado pelo **conselheiro Celmar Rech**, que também estava na audiência. O presidente destacou que o parecer, enviado à Casa em 4 de julho do ano passado, ainda não foi votado pela **Alego** e carece dessa aprovação.

"As contas do governo são julgadas pelo Poder Legislativo", ressaltou Mesquita. "Daí a razão do tribunal não julgar as contas do governador", acrescentou. Portanto, ele considera que as contas do governador referentes ao exercício de 2021 ainda não foram julgadas pela **Alego**, já que ainda não houve a votação. Segundo o presidente, a eficácia jurídica da determinação do **TCE-GO** depende dessa deliberação do Legislativo.

Mesquita destacou que manter o Ipasgo como autarquia não é uma decisão ilegal. A justificativa da determinação do **TCE-GO** é de que as receitas do Ipasgo não devem ser incluídas na Receita Corrente Líquida (RCL) do estado, por se tratar de um recurso do usuário e não do poder público. Mas, como o governo argumenta que o fato de ser uma autarquia implica no câmputo desses valores na RCL, determinou-se pela mudança da natureza jurídica.

"A determinação do **TCE-GO** foi feita de forma alternativa, possibilitando ao estado a resolução do problema por outro meio que não a natureza jurídica, se possível", disse o presidente, ao destacar que o governo pode seguir outro caminho que não seja a transformação em SSA. "Quanto à forma de solução é uma questão de opção política, porque o tribunal de contas atua em auxílio à Assembleia Legislativa no exercício do controle externo", acrescentou.

Mesquita ainda afirmou que quem controla não pode gerir. "O tribunal não pode tomar assento na cadeira do gestor e tomar a decisão no lugar do gestor", disse. O **TCE-GO** foi chamado porque o governador Ronaldo Caiado (UB) justificou que a mudança na natureza jurídica do Ipasgo foi uma determinação do tribunal.

"É exigência do Tribunal de Contas, não é iniciativa do governador. O estado é submisso às regras e às leis e essa discussão foi a nós colocada pelo **TCE**, dando prazo limite até o final do ano, O estado não pode descumprir uma decisão do **TCE**", disse Caiado no dia 22 de março.

Decisão

O presidente do Ipasgo, Vinicius Luz, disse que concorda que seja uma opção política. "É uma decisão do governo, que vai ser deliberada pelos deputados". Ele também disse que, sim, a palavra final sobre as contas do governador é da Assembleia, que ainda não votou o parecer, mas destaca não ser costume do Legislativo deliberar sobre o relatório destacando ponto a ponto individualmente. "Eles analisam o conjunto, da aprovação e das ressalvas. Nesse sentido, a Assembleia pode acatar ou não", diz.

Quanto à resposta da STN, Luz destacou a fala de Rech, que disse que era preciso se debruçar sobre o assunto para ver se essa exclusão manual seria ou não possível. "Não é porque a STN se manifestou dessa maneira que isso simplesmente pode ser feito", afirmou.

Fundação

O parecer do **TCE** traz entre as determinações que o estado promova a transformação do Ipasgo em fundação, ou seja, em uma instituição privada e sem fins lucrativos. "Esta mudança visa permitir que as receitas de serviços do Ipasgo sejam excluídas da Receita Corrente Líquida, vez que tais recursos não pertencem ao estado e têm finalidade vinculada", diz o texto, assinado por Rech.

O relatório traz que em 2020 foi feita uma recomendação semelhante, que determinava excluir da base de cálculo da RCL as receitas de serviços do Ipasgo, uma vez que tais receitas não pertencem ao

estado, "ou promover estudos para alteração do modelo de gestão de saúde dos servidores". É a esse trecho que servidores e contrários à mudança no Ipasgo se apegam.

Mesquita lembrou que o tribunal faz recomendações nesse sentido ao estado desde 2012. Na audiência, Rech citou algumas inadequações geradas pelo fato da receita do Ipasgo estar computada na RCL. Entre elas, o fato de que o gasto com o instituto é incluído nos gastos com saúde, o que torna a transparência inadequada. "Está errado", disse.

Outro ponto é que, com isso, os recursos do Ipasgo acabam ficando sujeitos ao teto de gastos imposto pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). "Não faz sentido eu pegar a receita do servidor do Ipasgo, que recolhe o recurso para pagar o fornecedor, e limitar o gasto por conta de um regime de recuperação fiscal", disse Rech.

O presidente ainda contou que a Secretaria de Estado da Economia consultou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à retirada da receita do Ipasgo da RCL e que a resposta do órgão federal foi de que, quando há determinação de tribunal de contas, o estado pode realizar manualmente os ajustes, excluindo ou deduzindo os valores do cálculo. "E evidenciando, em notas explicativas, as diferenças de metodologia", leu na reunião, o que gerou uma esperança entre servidores presentes e deputados de oposição de que haveria a possibilidade de uma alternativa à transformação do instituto em SSA.

Privatização

A audiência foi realizada na Assembleia Legislativa de **Goiás**, convocada pela Comissão de Saúde, presidida por Gustavo Sebba (PSDB). Da oposição, o deputado colocou como tema do encontro a "Privatização do Ipasgo". No início do evento, ele e outros parlamentares reclamaram da ausência do presidente do instituto e também de representantes do governo.

Luz disse que declinou do convite porque "privatização" não é algo que está em pauta no governo. "Nós estamos tratando da reformulação da natureza jurídica do Ipasgo. Não estamos, hora nenhuma, tratando de privatização", explicou. Ele lembra que há audiência marcada para segunda-feira (10), às 15 horas, na Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Mesquita, questionado pelo POPULAR, disse que o **TCE** também não trata do assunto como privatização. "Existem fundações com personalidade jurídica de direito privado que são vinculadas a entes públicos. Então o fato de assumir uma personalidade jurídica de

direito privado não implica necessariamente em uma privatização", afirmou.

Site: <https://opopular.com.br/politica/mudanca-do-ipasgo-para-ssa-e-uma-opc-o-politica-diz-presidente-do-tce-1.3015829>

Conselheiro do TCE fala sobre transparência e parecer técnico.

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **Conselheiro Saulo Mesquita**, inicialmente cumprimentou os deputados integrantes da Comissão de Saúde, representantes de entidades e órgãos participantes e servidores do Ipasgo.

"Quero inicialmente dizer que o **TCE** tem plena consciência do papel democrático. Quero deixar claro que somos técnicos e não temos nenhuma formação política, nossa atuação não é enviesada por nenhuma influência política, agimos de maneira bastante técnica. O **Conselheiro Celmar Rech** é quem trouxe maiores esclarecimentos técnicos. Mas essa é a beleza do regime democrático, o espaço para discussões devem existir e ser pautado por um salutar debate", ressaltou o conselheiro.

Publicado em 04/04/2023

Site: <http://goiasemcena.com.br/conselheiro-do-tce-fala-sobre-transparencia-e-parecer-tecnico/>

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico

Denilson

Minuta do Projeto de Lei que será enviado à **Alego** está disponível no site do instituto. Objetivo é coletar contribuições e oportunizar aos interessados a possibilidade de manifestação sobre a modificação, que atende a determinação do **TCE-GO**

Ipasgo tem orçamento de quase R\$ 2 bilhões por ano de recursos privados dos servidores públicos (Foto: Arquivo)

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) disponibiliza para consulta pública, a minuta do Projeto de Lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** para alterar a personalidade jurídica da autarquia. A mudança é uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

O objetivo da ferramenta, disponível aqui, é coletar contribuições e oportunizar que os interessados se manifestem sobre a modificação pretendida.

A minuta é resultado da consolidação de estudos técnicos, realizados sobre as possibilidades para a gestão e sustentabilidade do instituto. Ao mesmo tempo, corrige a inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência à saúde prestada pelo Ipasgo. Também reflete as discussões realizadas até agora, quatro delas com servidores e líderes sindicais, e as sugestões recebidas. No entanto, as deliberações continuam.

Além da consulta pública, que permite acesso à íntegra do documento e também o envio de sugestões, o Ipasgo vai realizar, no próximo dia 10, uma audiência pública sobre a proposta que transforma a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Regido pelo governo estadual, o Serviço Social Autônomo, será regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), o que, entre outros benefícios, ampliará o rol de cobertura e o acesso a dependentes, a exemplo da possibilidade de inclusão de pai, mãe, filhos maiores e casados.

O Projeto de Lei, que deve chegar à **Alego** em abril, será resultado do conjunto de ações e do diálogo com os diversos agentes envolvidos nessa mudança.

Se consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

Gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal, o Estado continua como controlador do Ipasgo, mesmo com a transformação da autarquia em Serviço Social Autônomo.

Para os 596 mil usuários, um dos principais benefícios da mudança é a ampliação do rol de serviços prestados. Com o ingresso na ANS, o Ipasgo passa a oferecer 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros.

O instituto tem orçamento de quase R\$ 2 bilhões por ano de recursos privados dos servidores públicos.

Com informações do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) - Governo de **Goiás**

Site: <https://nossogoias.com.br/2023/04/04/ipasgo-faz-consulta-publica-sobre-mudanca-do-regime-juridico/>

Deputado Gustavo Sebba declara aberta audiência pública para discutir a privatização do Ipasgo

Sob o comando do presidente da Comissão de Saúde, deputado Gustavo Sebba (PSDB), a Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** está realizando na manhã desta terça-feira (4), na sala das comissões, segundo andar do Palácio Maguito Vilela, a audiência pública sobre a privatização do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

Atendendo uma determinação do Tribunal de Contas (**TCE**), o instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/04/04/deputado-gustavo-sebba-declara-aberta-audiencia-publica-para-discutir-a-privatizacao-do-ipasgo/>

Deputados participam de audiência pública na Alego que debate mudanças de regime no Ipasgo

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza na manhã desta terça-feira, 4, uma audiência pública para discutir a alteração do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A iniciativa é do deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da **Alego**.

A mesa de trabalhos da audiência é composta pelo presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, que participam como convidados especiais; pelo próprio deputado Gustavo Sebba; pelos deputados Antônio Gomide (PT), Mauro Rubem (PT), e Paulo Cezar (PL), membros da Comissão de Saúde da **Alego**; o deputado Lincoln Tejota (UB); e a deputada Bía de Lima (PT).

O objetivo da audiência é debater as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo, que podem afetar o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos servidores públicos do estado. A mesa de trabalhos, formada por representantes do legislativo e do TCM-**GO**, deve trazer reflexões importantes sobre o assunto.

A audiência pública acontece na sala das comissões, na sede da **Alego**, e é aberta ao público e à imprensa. Acompanhe as próximas atualizações sobre o assunto aqui no portal institucional da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/04/04/deputados-participam-de-audiencia-publica-na-alego-que-debate-mudancas-de-regime-no-ipasgo/>

Antônio Gomide ressalta a presença do TCE-GO no debate sobre alteração do regime jurídico do Ipasgo

O deputado Antônio Gomide (PT) participa da audiência pública que discute a alteração do regime jurídico no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo), na manhã desta terça-feira, 4, na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)**. O evento é uma iniciativa do deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde, e conta com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, conselheiro Saulo Marques Mesquita, como convidado especial.

Durante a audiência, Antônio Gomide destacou a importância da presença do representante do **TCE-GO** no debate, para que se possa iniciar o processo de discussão no ponto correto. O deputado também ressaltou a preocupação com as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo, que podem afetar o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos servidores públicos do estado.

Gomide afirmou que o objetivo da audiência é buscar alternativas para eliminar a hipótese de se acabar com o Ipasgo e que é importante entender o que é preciso para que se comece a movimentar sobre aquilo que muitos já estão discutindo, inclusive, sobre o anteprojeto apresentado pelo Executivo à **Alego** e que motiva a audiência. "É importante discutir com o **TCE-GO** saídas que podemos lançar mão, com orientações técnicas, sem burlar as leis", destacou.

O deputado ressaltou que não é razoável, em um momento de dificuldade, acabar com o Ipasgo e que o **TCE-GO** é um órgão que pode colaborar na discussão pela melhor forma de acabar com essa hipótese de se acabar com o Instituto. "Precisamos buscar alternativas para que o governador entenda que não é acabando com o Ipasgo que vai conseguir acertar as contas do estado", pontuou.

A audiência pública conta com a presença de diversos representantes sindicais, conselhos e servidores públicos interessados na discussão do tema. A mesa de trabalhos, composta por importantes representantes do legislativo e do **TCE-GO**, traz reflexões importantes sobre o assunto.

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/04/04/antonio-gomide-ressalta-a-presenca-do-tce-go-no-debate-sobre-alteracao-do-regime-juridico-do-ipasgo/>

Conselheiro do TCE fala sobre transparência e parecer técnico durante audiência pública

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **Conselheiro Saulo Mesquita** foi o segundo a fazer uso da palavra durante audiência pública que segue sendo realizada na sala das comissões do Palácio Maguito Vilela. Ele inicialmente cumprimentou os deputados integrantes da Comissão de Saúde, representantes de entidades e órgãos participantes e servidores do Ipasgo.

da receita corrente líquida para que fosse apresentado então a receita real do Ipasgo", reiterou Mesquita durante a sua narrativa.

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/04/04/conselho-do-tce-fala-sobre-transparencia-e-parecer-tecnico-durante-audiencia-publica/>

"Quero inicialmente dizer que o **TCE** tem plena consciência do papel democrático que ele desempenha e estamos atento a todas as deliberações do **TCE** que são adotados com todo rigor técnico. A legalidade sim, mas com a ponderação necessária, entendendo a realidade de cada um.

"Quero deixar claro que somos técnicos e não temos nenhuma formação política, nossa atuação não é enviesada por nenhuma influência política, agimos de maneira bastante técnica. O **Conselheiro Celmar Rech** é quem trouxe maiores esclarecimentos técnicos. Mas essa é a beleza do regime democrático, o espaço para discussões devem existir e ser pautado por um salutar debate", ressaltou o **conselheiro**.

"A partir dessa explicação técnica, reitero que o **TCE** é um órgão autônomo que auxilia o governo na administração. A constituição diz que o **TCE** auxilia o poder legislativo na atividade de controle, o titular da fiscalização então é o legislativo. O **TCE** realiza inspeções, auditorias, licitações, podendo então emitir determinações e deliberações no exercício de sua competência. Entretanto as contas do governo são julgadas pela **Alego**, cujos integrantes são mandatários da população. A competência constitucional para julgar as contas do governo é da **Alego**, o **TCE** apenas faz um parecer técnico e prévio e encaminha para a **Alego**", explicou Mesquita.

"Os recursos dos usuários não pertencem ao estado de **Goiás**, os recursos portanto não devem ser computados, o MP também se posicionou dizendo que a receita do Ipasgo não deve fazer parte da receita corrente líquida do estado. Isso tudo foi objeto de discussão, especialmente considerando essa natureza jurídica. Esse é um problema histórico que já vem avançado há muitos anos. Há dez anos atrás o também **conselheiro** do **TCE Celmar Rech**, apresentou relatório, do qual, inclusive eu fui o relator e recomendei que a receita do Ipasgo fosse excluída

Celmar Rech, conselheiro do TCE, ressalta durante audiência pública mudanças no modelo de receita do Ipasgo

Nesta terça-feira, 4, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** sedia uma audiência pública, de iniciativa do deputado Gustavo Sebba (PSDB), para discutir a alteração do regime jurídico no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A audiência conta com a participação do **conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Celmar Rech**, que trouxe algumas implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado.

De acordo com o **conselheiro**, a inclusão da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado cria um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", apontou.

Rech destacou que a natureza autárquica do Ipasgo também traz implicações na transparência das contas públicas, uma vez que a receita do instituto é considerada do estado, o que não reflete a realidade fiscal. Ele ainda ressaltou a importância de discutir o melhor modelo para o instituto. "Um modelo que preserve os direitos do usuário, garanta a modicidade da cobrança dos valores dos servidores, e que permita corrigir os demonstrativos fiscais e contábeis do estado", salientou.

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/04/04/celmar-rech-conselheiro-do-tce-ressalta-durante-audiencia-publica-mudancas-no-modelo-de-receita-do-ipasgo/>

Deputado Gustavo Sebba encerra audiência pública que debateu mudança no regime jurídico do Ipasgo

O presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**, deputado Gustavo Sebba (PSDB), encerra a audiência pública que discutiu alterações no regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás (Ipasgo)**. A audiência foi realizada na sala das comissões, no segundo andar do Palácio Maguito Vilela, e promoveu uma ampla discussão sobre o assunto.

Participaram do debate, o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, o **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, o **Conselheiro Celmar Rech**, os membros da Comissão de Saúde da **Alego**, o deputado Antônio Gomide (PT), Mauro Rubem (PT), Paulo Cezar (PL), e ainda, o deputado Virmondes Cruvinel (UB), o deputado delegado Eduardo Prado (PL), o deputado Lincoln Tejota (UB) e a deputada Bia de Lima. Remotamente também participaram da audiência o deputado Dr. George Moraes (PDT) e o deputado José Machado (PSDB). Representantes de instituições, sindicatos e servidores do Ipasgo lotaram a sala das Comissões na tentativa de buscar soluções para o Ipasgo.

O presidente do Ipasgo, Vinicius Luz não compareceu.

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/04/04/deputado-gustavo-sebba-encerra-audiencia-publica-que-debateu-mudanca-no-regime-juridico-do-ipasgo/>

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico

Redação

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) disponibiliza para consulta pública, a minuta do Projeto de Lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** para alterar a personalidade jurídica da autarquia. A mudança é uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

O objetivo da ferramenta, disponível aqui , é coletar contribuições e oportunizar que os interessados se manifestem sobre a modificação pretendida.

A minuta é resultado da consolidação de estudos técnicos, realizados sobre as possibilidades para a gestão e sustentabilidade do instituto. Ao mesmo tempo, corrige a inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência à saúde prestada pelo Ipasgo. Também reflete as discussões realizadas até agora, quatro delas com servidores e líderes sindicais, e as sugestões recebidas. No entanto, as deliberações continuam.

Além da consulta pública, que permite acesso à íntegra do documento e também o envio de sugestões, o Ipasgo vai realizar, no próximo dia 10, uma audiência pública sobre a proposta que transforma a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Regido pelo governo estadual, o Serviço Social Autônomo, será regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), o que, entre outros benefícios, ampliará o rol de cobertura e o acesso a dependentes, a exemplo da possibilidade de inclusão de pai, mãe, filhos maiores e casados.

O Projeto de Lei, que deve chegar à **Alego** em abril, será resultado do conjunto de ações e do diálogo com os diversos agentes envolvidos nessa mudança.

Se consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

Gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal,

o Estado continua como controlador do Ipasgo, mesmo com a transformação da autarquia em Serviço Social Autônomo.

Para os 596 mil usuários, um dos principais benefícios da mudança é a ampliação do rol de serviços prestados. Com o ingresso na ANS, o Ipasgo passa a oferecer 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros.

O instituto tem orçamento de quase R\$ 2 bilhões por ano de recursos privados dos servidores públicos.

Site: <https://brazilurgente.com.br/ipasgo-faz-consulta-publica-sobre-mudanca-do-regime-juridico/>

Urgente: Presidente do Tribunal de Contas diz que o governo Caiado estava usando indevidamente R\$ 1,8 bi dos servidores do Ipasgo

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado**, Saulo Marques, participa na manhã desta terça-feira (4) de uma Audiência Pública sobre a 'privatização do Ipasgo' e durante seu pronunciamento esclareceu que a recomendação inicial do TCE foi para que o governo Caiado deixe de usar indevidamente o dinheiro descontado dos servidores.

O governo Caiado se apoderou em 2021 de R\$ 1,8 bi do dinheiro dos usuários. A receita não é do Estado, mas dos servidores.

O presidente deixou claro que além da conversão de autarquia em privado, o Tribunal recomendou outra alternativa: promover medidas para solução dos problemas relatados e deixar de usar indevidamente o dinheiro descontado dos servidores.

"A forma autarquia não é ilegal. O que o governo Caiado deve fazer no caso cumprir o Ipasgo como autarquia", disse o Saulo.

Site: <https://goias24horas.com.br/185306-presidente-do-tribunal-de-contas-diz-que-o-governo-estava-usando-indevidamente-r-18-bi-dos-servidores-do-ipasgo/>

Privatização do Ipasgo: deputado Gustavo Sebba abre Audiência Pública que vai apurar a verdade

Na manhã desta terça-feira (4) o deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde, abriu a Audiência Pública sobre a privatização do Ipasgo. Presidentes de sindicatos e representantes dos servidores estão presentes na reunião.

Participa da reunião o presidente do **Tribunal de Contas do Estado**, Saulo Marques, e o **Conselheiro Celmar Rech**. O Secretário de Saúde, Sérgio Vencio e o presidente do Ipasgo, Vinicius Luz não compareceram.

Chegou a hora da verdade. Caiado (UB) afirma que cumpre uma determinação do TCE ao iniciar o processo para o que os deputados da oposição denominam como 'privatização do Ipasgo'.

O deputado Antônio Gomide (PT) lembrou que o TCE deve ajudar a encontrar um caminho diferente deste que é defendido por Caiado, pois a proposta irá prejudicar e muito os usuários.

Site: <https://goias24horas.com.br/185303-privatizacao-do-ipasgo-deputado-gustavo-sebba-abre-audiencia-publica-que-vai-apurar-a-verdade/>

Presidente do TCE diz que Tribunal orientou Caiado a fazer concurso público no Ipasgo, caso permaneça como autarquia

O problema do Ipasgo é só um: Caiado está usando indevidamente o dinheiro dos servidores do Ipasgo. Uma das opções do **Tribunal de Contas do Estado** foi permanecer como autarquia, realizar concurso público no Ipasgo e deixar de usar a receita do Ipasgo como se fosse dinheiro do governo.

O problema está no governo Caiado, que usa R\$ 2 bi dos usuários para fechar suas contas.

Site: <https://goias24horas.com.br/185309-presidente-do-tce-diz-que-tribunal-orientou-caiado-a-fazer-concurso-publico-no-ipasgo-caso-permaneca-como-autarquia/>

Comissão de Saúde da Assembleia debate regime jurídico do Ipasgo, nesta terça

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza uma Audiência Pública nesta terça-feira (4/4) para discutir a privatização do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo). O evento ocorrerá na sala das comissões, a partir das 9h.

De acordo com o presidente da Comissão de Saúde, deputado Gustavo Sebba (PSDB), o objetivo do encontro é debater a possibilidade de privatização do Instituto, fato que pode afetar a vida de cerca de 600 mil usuários.

Entre os convidados para participar do evento estão o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, Dr. Saulo Mesquita; o procurador-geral do Ministério Público (MP-GO), Cyro Terra Peres; o secretário estadual de Saúde de **Goiás**, Sérgio Vencio; o presidente do Conselho de Saúde de **Goiás**, Walter Monteiro; e o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz.

Os interessados em participar da audiência pública podem entrar em contato com a Comissão de Saúde por meio do telefone (62) 98472-9284 ou (62) 3221-3267 e falar com Jacqueline Nasiazene Lima. Essa é uma oportunidade importante para que a sociedade se informe e participe ativamente da discussão sobre a privatização do Ipasgo.

Ipasgo estuda mudar personalidade jurídica para Serviço Social Autônomo

Site: <https://jornalgoias.com.br/comissao-de-saude-da-assembly-debate-regime-juridico-do-ipasgo-nesta-terca/>

Ipasgo abre consulta pública pela internet sobre mudança do regime jurídico

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) disponibilizou na segunda-feira (3/4) uma consulta pública sobre a possível mudança do regime jurídico da autarquia. A minuta do Projeto de Lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** para apreciação dos deputados. A mudança é uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Na página da consulta pública, a ferramenta disponibiliza o teor do projeto de lei, que pode ser lido pelo usuário, e também uma caixa de votação. O usuário pode votar se apoia ou não a mudança de regime jurídico e apresentar sugestões. O site da consulta pode ser acessado aqui .

Consulta pública

Segundo o Ipasgo, a minuta é resultado da consolidação de estudos técnicos, feitos sobre as possibilidades para a gestão e sustentabilidade do instituto. Ao mesmo tempo, corrigiria a inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência à saúde prestada pelo Ipasgo.

Além da consulta pública, que permite acesso à íntegra do documento e também o envio de sugestões, o Ipasgo fará, no próximo dia 10, uma audiência pública sobre a proposta que transforma a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal, o Estado continuaria como controlador do Ipasgo, mesmo com a transformação da autarquia em Serviço Social Autônomo.

Na **Alego**

Na manhã desta terça (4), a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** promove uma Audiência Pública para discutir a alteração do regime jurídico no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo). O evento ocorre na sala das comissões, a partir das 9 horas, e se encerrará ao meio dia.

Entre os convidados para participar do evento, estão o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, Dr. Saulo Mesquita; o procurador-geral do Ministério Público (MP-GO), Cyro Terra Peres; o secretário estadual de Saúde de **Goiás**, Sérgio Vencio; o presidente do Conselho de Saúde de **Goiás**, Walter Monteiro; e o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz.

O presidente da Comissão de Saúde, deputado Gustavo Sebba (PSDB), destaca a importância do debate sobre um tema que pode afetar a vida de milhares de pessoas. Segundo ele, é fundamental discutir a privatização e avaliar seus impactos para a saúde dos servidores públicos e seus dependentes.

Site:

<https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1490486/t/ipasgo-faz-consulta-publica-sobre-mudanca-do-regime-juridico/>

Audiência pública na Alego discute mudanças no regime jurídico do Ipasgo

Na manhã desta terça-feira (4/4), a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realizou uma audiência pública para debater a alteração do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A iniciativa foi proposta pelo presidente da Comissão de Saúde da **Alego**, Gustavo Sebba (PSDB).

A mesa de trabalhos da audiência contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de diversos deputados estaduais e representantes do segmento da saúde.

No decorrer dos debates, Gustavo Sebba destacou a importância do encontro para que as partes interessadas pudessem colocar suas visões sobre a proposta de mudança. Neste sentido, Antônio Gomide (PT), o primeiro a fazer uso da palavra no evento, ressaltou a preocupação com possíveis alterações no atendimento e qualidade dos serviços prestados pelo Ipasgo e defendeu a busca por alternativas para eliminar a hipótese de extinção do instituto.

Em seguida, **Saulo Mesquita**, presidente do **TCE-GO**, afirmou que o órgão atua de maneira técnica e sem influência política. Seu colega, **Celmar Rech**, **conselheiro** do **TCE-GO**, apresentou implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do Estado, criando um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do Estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", afirmou.

O **conselheiro** defendeu um modelo que preserve os direitos dos usuários e que, ao mesmo tempo, permita a confecção correta de demonstrativos fiscais e contábeis.

Os deputados Lincoln Tejota (UB), Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT), Virmondes Cruvinel (UB), Paulo Cezar (PL) e Delegado Eduardo Prado (PL) enfatizaram a importância de se discutir a pauta com cautela e transparência, garantindo a autonomia do Ipasgo e buscando soluções que atendam aos interesses de servidores públicos e usuários do instituto.

A audiência pública aconteceu na sala das comissões e buscou contribuir para a análise e discussão da proposta de alteração do regime jurídico do Ipasgo, visando o melhor interesse dos servidores públicos e da população goiana.

Nos últimos dias, tem sido crescente a mobilização de deputados estaduais de **Goiás** em reação às propostas do Governo estadual de transformar o Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), administrado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

O objetivo da mudança seria permitir que a ANS possa determinar um percentual anual de reajuste sem a necessidade de discussão com os usuários, além de acabar com concursos públicos e a participação dos servidores nas decisões.

O instituto assiste cerca de 600 mil usuários atualmente, além da abrangência, o Ipasgo é também uma opção àqueles servidores que não podem comprometer uma grande parte da renda mensal com despesas médicas.

Site:

<https://ohoje.com/noticia/variedades/n/1490690/t/audiencia-publica-na-alego-discute-mudancas-no-regime-juridico-do-ipasgo/>

Ipasgo faz consulta pública sobre mudança do regime jurídico

Priscila Marçal

Minuta do Projeto de Lei que será enviado à **Alego** está disponível no site do instituto

DA REDAÇÃO

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) disponibiliza para consulta pública, a minuta do Projeto de Lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** para alterar a personalidade jurídica da autarquia. A mudança é uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

O objetivo da ferramenta, disponível aqui, é coletar contribuições e oportunizar que os interessados se manifestem sobre a modificação pretendida.

Consulta pública

A minuta é resultado da consolidação de estudos técnicos, realizados sobre as possibilidades para a gestão e sustentabilidade do instituto. Ao mesmo tempo, corrige a inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência à saúde prestada pelo Ipasgo. Também reflete as discussões realizadas até agora, quatro delas com servidores e líderes sindicais, e as sugestões recebidas. No entanto, as deliberações continuam.

Além da consulta pública, que permite acesso à íntegra do documento e também o envio de sugestões, o Ipasgo vai realizar, no próximo dia 10, uma audiência pública sobre a proposta que transforma a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Regido pelo governo estadual, o Serviço Social Autônomo, será regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), o que, entre outros benefícios, ampliará o rol de cobertura e o acesso a dependentes, a exemplo da possibilidade de inclusão de pai, mãe, filhos maiores e casados.

O Projeto de Lei, que deve chegar à **Alego** em abril, será resultado do conjunto de ações e do diálogo com os diversos agentes envolvidos nessa mudança.

Serviço Social Autônomo

Se consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

Gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal, o Estado continua como controlador do Ipasgo, mesmo com a transformação da autarquia em Serviço Social Autônomo.

Mudança

Para os 596 mil usuários, um dos principais benefícios da mudança é a ampliação do rol de serviços prestados. Com o ingresso na ANS, o Ipasgo passa a oferecer 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros.

O instituto tem orçamento de quase R\$ 2 bilhões por ano de recursos privados dos servidores públicos.

Site: <https://imprensamadureira.com.br/ipasgo-faz-consulta-publica-sobre-mudanca-do-regime-juridico/>

"Mais de 700 mil usuários irão parar na fila do SUS", alerta presidente do SINDJUSTIÇA em audiência pública

O presidente do SINDJUSTIÇA, Fabrício Duarte, participou, na manhã de hoje, de mais uma audiência pública, dessa vez promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de **Goiás**, para discutir as mudanças no Ipasgo anunciadas pelo governo do estado. Coordenada pelo presidente da Comissão, deputado Gustavo Sebba (PSDB), a audiência contou com a presença de parlamentares, procuradores, representantes de entidades de servidores públicos, usuários e autoridades.

Dentre os convidados de hoje estavam o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)**, **Saulo Mesquita**, e o **conselheiro Celmar Rech**. Ambos expuseram o papel do órgão em relação à polêmica envolvendo o Ipasgo. Segundo anunciado pelo estado, as alterações no regime jurídico do Instituto, que deixaria de ser uma autarquia para ser transformado em Sociedade de Serviço Autônomo, teria sido uma determinação do Tribunal.

Logo após as exposições dos conselheiros e dos parlamentares que compuseram a mesa de debates, o presidente Fabrício Duarte levantou algumas questões extremamente salutaras em relação ao tema. "Está claro para nós, entidades que representam os Servidores Públicos, que o estado tem opções para a gestão do Ipasgo sem que ele se torne um instituto privado. É possível mantê-lo como autarquia, desde que as providências técnicas que vêm sendo apontadas pelo **TCE** há anos sejam adotadas, dentre elas a melhor gestão dos recursos e a realização de concurso público para prover o seu quadro", afirmou. Hoje, 70% dos trabalhadores do Ipasgo são terceirizados.

Fabrício Duarte também destacou as consequências trágicas previstas com uma possível privatização do Instituto. "O governo de **Goiás** não tem cumprido com o seu dever no que diz respeito ao pagamento das últimas datas-base. Isso tem empobrecido enormemente os Servidores, gerando um passivo imenso para o estado. Em algum momento, ele terá de arcar com essa conta. E se houver a decisão política de privatizar o Ipasgo, o estado terá de assumir o fato de que 700 mil usuários do plano de saúde irão parar nas filhas do SUS, porque não conseguirão pagar

valores de mercado praticados pelos planos de saúde", frisou.

O presidente do **TCE**, **conselheiro Saulo Mesquita**, explicou que "os recursos dos usuários do Ipasgo não pertencem ao estado de **Goiás**. Os recursos, portanto, não devem ser computados, o MP também se posicionou dizendo que a receita do Ipasgo não deve fazer parte da receita corrente líquida do estado. Isso tudo foi objeto de discussão, especialmente considerando essa natureza jurídica. Esse é um problema histórico que já vem avançando há muitos anos", destacou.

De acordo com o **conselheiro Celmar Rech**, a inclusão da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado cria um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", apontou.

Presente na audiência o deputado Eduardo Prado (PL) levantou também uma questão para ser discutida entre os parlamentares: o fato de o Estado não poder simplesmente abrir mão de receita sem a devida autorização por parte do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal no qual **Goiás** está inserido. Isso impediria, portanto, a adoção de medida que venha a alterar a natureza jurídica do Ipasgo.

Site: <https://sindjustica.com/2023/04/04/mais-de-700-mil-usuarios-irao-parar-na-fila-do-sus-alerta-presidente-do-sindjustica-em-audiencia-publica/>

Alego discute mudanças no regime do Ipasgo

Por Redação Tribuna do Planalto

Na manhã desta terça-feira, 4, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realizou uma audiência pública para debater a alteração do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás (Ipasgo)**. A iniciativa foi proposta pelo presidente da Comissão de Saúde da **Alego**, deputado Gustavo Sebba (PSDB).

A mesa de trabalhos da audiência contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **conselheiro Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de diversos deputados estaduais e representantes do segmento da saúde.

No decorrer dos debates, Gustavo Sebba destacou a importância do encontro para que as partes interessadas pudessem colocar suas visões sobre a proposta de mudança. Neste sentido, Antônio Gomide (PT), o primeiro a fazer uso da palavra no evento, ressaltou a preocupação com possíveis alterações no atendimento e qualidade dos serviços prestados pelo Ipasgo e defendeu a busca por alternativas para eliminar a hipótese de extinção do instituto.

Em seguida, **Saulo Mesquita**, presidente do **TCE-GO**, afirmou que o órgão atua de maneira técnica e sem influência política. Seu colega, **Celmar Rech**, **conselheiro do TCE-GO**, apresentou implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do estado, criando um espaço fiscal artificial. "E isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", apontou.

O **conselheiro** defendeu um modelo que preserve os direitos dos usuários e que, ao mesmo tempo, permita a confecção correta de demonstrativos fiscais e contábeis.

Os deputados Lincoln Tejota (UB), Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT), Virmondes Cruvinel (UB), Paulo Cezar (PL), e Delegado Eduardo Prado (PL) enfatizaram a importância de se discutir a pauta com cautela e transparência, garantindo a autonomia do Ipasgo e buscando soluções que atendam aos

interesses de servidores públicos e usuários do instituto.

A audiência pública aconteceu na sala das comissões e buscou contribuir para a análise e discussão da proposta de alteração do regime jurídico do Ipasgo, visando o melhor interesse dos servidores públicos e da população goiana.

Nos últimos dias, tem sido crescente a mobilização de deputados estaduais de **Goiás** em reação às propostas do governo estadual de transformar o Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), administrado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

O objetivo da mudança seria permitir que a ANS possa determinar um percentual anual de reajuste sem a necessidade de discussão com os usuários, além de acabar com concursos públicos e a participação dos servidores nas decisões.

O instituto assiste cerca de 600 mil usuários atualmente, além da abrangência, o Ipasgo é também uma opção àqueles servidores que não podem comprometer uma grande parte da renda mensal com despesas médicas.

Site: <https://tribunadoplanalto.com.br/alego-discute-mudancas-no-regime-do-ipasgo/>

TCE e poder público discutem investimentos e ações na 1ª Infância

Prefeitos de vários municípios do Estado, gestores e representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário lotaram o auditório do Cais do Sertão, no bairro do Recife, nessa segunda-feira (03) para participar do Seminário Primeira Infância, promovido pelo Tribunal de Contas de Pernambuco.

O objetivo do encontro, que teve como tema "Primeira Infância: Competência e Financiamento", foi fortalecer o compromisso da gestão pública em atuar na garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade no Estado, fase da vida onde são formadas todas as bases físicas e psíquicas, além do desenvolvimento das habilidades sociais.

"Este é o momento de colocar a primeira infância como foco da gestão, pois é uma área pouco, ou quase nada, lembrada pelas três esferas de governo, incluindo o próprio controle externo", afirmou o presidente do **TCE**, **conselheiro** Ranilson Ramos, ao abrir o seminário. "Precisamos inserir essas despesas e garantir verbas no orçamento público, pois lugar de criança é no orçamento", disse ele.

O seminário contou com a presença de várias autoridades. O presidente do Tribunal de Justiça (TJPE), desembargador Luiz Carlos Figueiredo, elogiou o trabalho e a determinação do Tribunal de Contas ao abordar o tema, destacando que, a exemplo do que aconteceu com os lixões, que foram eliminados em Pernambuco graças a um trabalho de parceria entre as instituições, é necessário também fazer um pacto para zerar a desatenção no atendimento às crianças. "É preciso que os integrantes do Poder Público (União, Estados e municípios) e a sociedade como um todo se deem as mãos e esqueçam as diferenças para vencermos essa batalha", afirmou.

O **conselheiro** Cézar Miola (**TCE-RS**), presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), também compôs a mesa de autoridades e parabenizou o **TCE-PE** pela iniciativa. "Quando dei início à minha vida pública no controle externo, jamais poderia imaginar um evento como este, organizado por um Tribunal de Contas que se preocupa muito além do que avaliar a legalidade e os gastos públicos, mas que atua para melhorar a qualidade de vida das pessoas, e isso eu encontrei aqui, no **TCE** de Pernambuco. Este é um grande momento de

solidariedade e isso é, para a Atricon, um motivo de grande contentamento", disse ele.

"Colocar a criança no orçamento é importante, mas essa importância de nada adianta se não for concretizada em ação material. Hoje, estamos aqui porque fomos beneficiados por políticas públicas como a vacinação (embora existam aqueles que, em pleno século XXI, desacreditam e trabalham contra a imunização) e o acesso à escola, e precisamos levar isso a quem precisa. Que esse seja um compromisso de todos nós, agentes públicos, independentemente do órgão ao qual estejamos ligados", concluiu Miola, citando o educador Rubem Alves: "não há 'jardins' (políticas públicas) sem 'jardineiros', e estes jardineiros, somos nós".

Por meio de videoconferência, o presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB Contas), **conselheiro** Edson Ferrari (**TCE-GO**), destacou a necessidade de cobrar do Estado e municípios, principalmente da União, recursos públicos para investir na atenção à Primeira Infância, sem os quais muito pouco poderemos fazer pelas nossas crianças", pontuou Ferrari.

Também marcaram presença na abertura do evento o prefeito do Recife, João Campos; a presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), Márcia Conrado; e a promotora do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Aline Arroxelas e a deputada estadual Simone Santana, que representou o presidente da Assembleia Legislativa, Álvaro Porto.

A governadora Raquel Lyra foi representada pela procuradora-geral do Estado, Bianca Ferreira Teixeira, que anunciou algumas medidas voltadas para o tema em questão, dentre elas, a de incluir no orçamento estadual previsão para o atendimento à Primeira Infância.

Os conselheiros do **TCE**, Teresa Duere, Valdecir Pascoal, Marcos Loreto, Dirceu Rodolfo, Carlos Neves, Marcos Nóbrega (substituto), além do procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC-PE), Gustavo Massa, também prestigiaram a solenidade.

A programação do seminário incluiu painéis sobre diversos temas, com palestras que foram mediadas

pelos conselheiros Valdecir Pascoal, Dirceu Rodolfo e Teresa Duere.

Confira imagens do evento clicando aqui ??

II PALESTRAS II

A primeira palestra foi sobre " Plano Municipal pela Primeira Infância: uma decisão política e estratégica " apresentada pela superintendente executiva do Instituto da Infância do Ceará, Luzia Laffite. Ela falou da importância do diagnóstico do município para a realização de um plano efetivo.

O assunto foi discutido presencialmente pelo economista, ex-deputado federal e especialista em educação, Raul Henry; pela representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e gerente de projetos na área da Primeira Infância, Ivania Ghesti; e pelo professor Vital Didonet, da Rede Nacional Primeira Infância, que participaram remotamente.

"Embora sejam importantes e essenciais, não adiantam apenas competências, financiamento, ou mesmo a elaboração de um Plano Municipal, se a gestão pública não implementar as medidas necessárias e fizer com que elas cheguem até as crianças. A AMUPE é um grande movimento para que tenhamos unidade para uma política efetiva e estratégica conjunta de modo a atingir este objetivo", ressaltou mais uma vez a **conselheira** Teresa Duere.

" Desafios e perspectivas para o financiamento das políticas públicas para a primeira infância " foi o segundo assunto discutido. As apresentações ficaram por conta da consultora, economista e socióloga, Tânia Bacelar; e da deputada Simone Santana, da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Alepe. A diretora do Departamento de Proteção Social Básica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Simone Albuquerque; e a CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Mariana Luz, participaram por videoconferência.

O debate foi mediado pelo **conselheiro** Valdecir Pascoal . "Muitas das coisas que precisamos podem esperar. As crianças, não. Agora é o tempo em que seus ossos estão se formando, seu sangue também o está, e seus sentidos estão se desenvolvendo. A ela, não podemos responder "amanhã". Seu nome é hoje.", disse o **conselheiro** Valdecir Pascoal ao citar a poetisa chilena Gabriela Mistral.

Completou a agenda do seminário um painel sobre os "Caminhos para um plano municipal pela primeira infância sustentável" , que teve como palestrantes a secretária executiva da Primeira Infância do

Recife, Luciana Lima, a coordenadora da Rede Estadual Primeira Infância de Pernambuco, Solidade Menezes e o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), José Gilberto Boari, com mediação do **conselheiro** Dirceu Rodolfo. Devemos valorizar o diálogo para construir um plano governamental, pois essa é uma questão muito complexa, e, sem a escuta, há uma imensa possibilidade de errar", avaliou o **conselheiro** . Muito obrigado a todos pela contribuição. Não esqueceremos o conhecimento compartilhado aqui", finalizou ele.

Durante o seminário, o deputado federal Lucas Ramos anunciou a liberação de R\$ 1 mi em recursos para uso em ações da Primeira Infância em municípios de menor porte do Estado.

Ao final, o presidente Ranilson Ramos agradeceu aos participantes e destacou a diversidade de ideias e conteúdos compartilhados. " Esse encontro foi uma lição preciosa para todos nós. O foco na primeira infância já se mostrou fundamental para o avanço da sociedade. Após tantas apresentações, listo dois quesitos de extrema importância. O primeiro é estrutural: a elaboração dos planos municipais voltados para o assunto. Para isso, o **TCE** está inteiramente à disposição dos jurisdicionados, vamos realizar mais encontros para tirar dúvidas e encaminhar as soluções. O segundo quesito é emergencial: melhorar os índices de vacinação", completou.

"Hoje, recebemos representantes dos 184 municípios, prefeitos e servidores, autoridades dos três poderes, do Ministério Público. Nós sacudimos esse Estado para chamar a atenção para a primeira infância. Agora, o objetivo é chamar a atenção de todo o País, pois essa é uma missão tripartite, é de responsabilidade de todos. A questão da primeira infância é grave e muito urgente!", concluiu o presidente. Acesse aqui a transmissão completa do evento ?? ?? ?? G erência de Jornalismo (GEJO), 04/04/2023

Notícias

Notícias

Site: <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/mais-noticias-invisivel/416-2023/abril/6963-tce-e-poder-publico-discutem-investimentos-e-acoes-na-1-infancia>

Deputado Lincoln Tejota diz que todos devem trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo

O deputado Lincoln Tejota (UB), fez uso da palavra na audiência pública que segue sendo realizada na sala das comissões, no segundo andar do Palácio Maguito Vilela, para discutir alterações de regime no Ipasgo. Depois de saudar o Presidente do TCE, **Saulo Mesquita** e o **Conselheiro Celmar Rech**, o deputado se dirigiu aos membros da comissão da saúde, demais deputados, representantes de sindicatos e servidores presentes.

Tejota destacou que qualquer votação que passar por essa Casa precisa pensar no servidor do Ipasgo, baseado no melhor trabalho técnico, pois é isso que nos dá muita segurança, inclusive para gente avançar nessa questão. Com essas informações técnicas expostas aqui hoje, a gente tem maior segurança. A **Alego** deve buscar o debate e não votar nada a toque de caixa, porque existem muitas vidas envolvidas nesse processo .

"Sabemos que o TCE exerce um trabalho técnico, o TCE não é uma extensão da **Alego**, mas sim exerce uma função técnica que auxilia muito a **Alego**, quero tomar minhas decisões com muita cautela, sem pressa, a mudança está clara e precisa acontecer. Acredito que a solução está posta separando os recursos do Ipasgo e do governo, depois precisamos lembrar do servidor e do usuário, precisamos trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo", finalizou Tejota.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131309/deputado-lincoln-tejota-diz-que-todos-devem-trabalhar-buscando-o-fortalecimento-do-ipasgo>

Lincoln Tejota diz que todos devem trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo

O deputado Lincoln Tejota (UB), fez uso da palavra na audiência pública que segue sendo realizada na sala das comissões, no segundo andar do Palácio Maguito Vilela, para discutir alterações de regime no Ipasgo. Depois de saudar o Presidente do TCE, **Saulo Mesquita** e o **Conselheiro Celmar Rech**, o deputado se dirigiu aos membros da comissão da saúde, demais deputados, representantes de sindicatos e servidores presentes.

Tejota destacou que qualquer votação que passar por essa Casa precisa pensar no servidor do Ipasgo, baseado no melhor trabalho técnico, pois é isso que nos dá muita segurança, inclusive para gente avançar nessa questão. Com essas informações técnicas expostas aqui hoje, a gente tem maior segurança. A **Alego** deve buscar o debate e não votar nada a toque de caixa, porque existem muitas vidas envolvidas nesse processo .

"Sabemos que o TCE exerce um trabalho técnico, o TCE não é uma extensão da **Alego**, mas sim exerce uma função técnica que auxilia muito a **Alego**, quero tomar minhas decisões com muita cautela, sem pressa, a mudança está clara e precisa acontecer. Acredito que a solução está posta separando os recursos do Ipasgo e do governo, depois precisamos lembrar do servidor e do usuário, precisamos trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo", finalizou Tejota.

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/131309/lincoln-tejota-diz-que-todos-devem-trabalhar-buscando-o-fortalecimento-do-ipasgo>

Lincoln Tejota diz que todos devem trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo

O deputado Lincoln Tejota (UB), fez uso da palavra na audiência pública que segue sendo realizada na sala das comissões, no segundo andar do Palácio Maguito Vilela, para discutir alterações de regime no Ipasgo. Depois de saudar o Presidente do TCE, **Saulo Mesquita** e o **Conselheiro Celmar Rech**, o deputado se dirigiu aos membros da comissão da saúde, demais deputados, representantes de sindicatos e servidores presentes.

Tejota destacou que "qualquer votação que passar por essa Casa precisa pensar no servidor do Ipasgo, baseado no melhor trabalho técnico, pois é isso que nos dá muita segurança, inclusive para gente avançar nessa questão. Com essas informações técnicas expostas aqui hoje, a gente tem maior segurança. A **Alego** deve buscar o debate e não votar nada a toque de caixa, porque existem muitas vidas envolvidas nesse processo".

"Sabemos que o TCE exerce um trabalho técnico, o TCE não é uma extensão da **Alego**, mas sim exerce uma função técnica que auxilia muito a **Alego**, quero tomar minhas decisões com muita cautela, sem pressa, a mudança está clara e precisa acontecer. Acredito que a solução está posta separando os recursos do Ipasgo e do governo, depois precisamos lembrar do servidor e do usuário, precisamos trabalhar buscando o fortalecimento do Ipasgo", finalizou Tejota.

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/04/04/lincoln-tejota-diz-que-todos-devem-trabalhar-buscando-o-fortalecimento-do-ipasgo/>

(IPASGO) Urgente: Conselheiro Celmar Rech informa que o governo Caiado estava usando o dinheiro dos servidores para pagar o RRF

Durante a Audiência Pública realizada na manhã desta terça-feira (4) na Assembleia Legislativa o **Conselheiro** do TCE **Celmar Rech** informou que o governo Caiado estava usando o dinheiro descontado dos servidores para pagar o Ipasgo está sendo desviado para pagar o Regime de Recuperação Fiscal do governo Caiado.

O **Conselheiro** lembrou que o Estado não pode mais colocar a mão no dinheiro do Ipasgo descontado dos servidores. "A medida que você não repassa a verba do Ipasgo para o Ipasgo, os prestadores de serviço ficam sem receber e isso cria mais problemas no funcionamento do Instituto".

Site: <https://goias24horas.com.br/185311-ipasgo-urgente-conselheiro-celmar-rech-informa-que-o-governo-caiado-estava-usando-o-dinheiro-dos-servidores-para-pagar-o-rrf/>